

o que eu não fiz. Então eu acho que o deputado precisa tomar cuidado com aquilo que fala aqui no microfone para poder responder à altura depois na Comissão de Ética.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - PARA COMUNICAÇÃO - Hoje é um dia triste para mim, porque fiquei sabendo pela fala da deputada Beth Sáhão do falecimento de Dom Mauro Morelli.

Eu fui uma pessoa abençoada. Eu nunca me achei capaz de um dia chegar a ser ministro deste país, e ministro da Agricultura, do Abastecimento e da reforma Agrária. Pouco tempo antes de ir para essa função tão nobre, do grande presidente Itamar Franco - uma pessoa fantástica, extraordinária -, eu fui procurado pelo Betinho.

Eu era secretário da Agricultura de São Paulo. E ele me propôs, ou me pediu, que eu o ajudasse, que eu entrasse na luta dele para o combate à fome no nosso país. E era o programa “Fome Zero” que ele estava tentando.

E foi constituído um comitê de luta em favor do combate à fome no Brasil. E quem era o grande companheiro do Betinho? Dom Mauro Morelli. Ele foi bispo - só não me lembro se foi de São Caetano ou São Bernardo, mas ele foi bispo aqui do ABC. E eu tive convívio com eles.

Então, eu quero aqui registrar o meu sentimento de profundo pesar, um homem extremamente importante. E me lembro, rapidamente, que falei ao presidente Itamar Franco, falei: “presidente, vamos valorizar bastante o programa do “Fome Zero”.

Falou: “vamos. Como, ministro?”. Eu disse: “doando, para o nordeste, que está passando o maior problema de fome, 300 mil toneladas de alimentos que estão se perdendo nos armazéns da Conab do nosso país”.

E assim demos um incentivo fantástico ao programa de combate à fome chamado “Fome Zero”, de Dom Mauro e Betinho. E outros programas de “Bolsa Família” e outras bolsas, graças a Deus, vieram para diminuir a fome do povo brasileiro.

O SR. ENIO TATTO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Antes de dar pela ordem a V. Exa., Sras. Deputadas e Srs. Deputados, nos termos do Art. 100, inciso I, do Regimento Interno, convoco V. Exas. para uma segunda sessão extraordinária, a realizar-se hoje, dez minutos após o término da primeira sessão extraordinária, com a finalidade de ser apreciada a seguinte Ordem do Dia:

- NR - A Ordem do Dia para a 44a Sessão Extraordinária foi publicada no D.O. de 11/10/2023.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Pois não, pela ordem, deputado Enio Tatto.

O SR. ENIO TATTO - PT - Para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Tem Vossa Excelência.

O SR. ENIO TATTO - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, eu também queria, com tristeza, obviamente, lamentar pela perda, aos 88 anos, do Dom Mauro Morelli...

Mas ao mesmo tempo com muita alegria de ter conhecido Dom Mauro Morelli. Eu cheguei em São Paulo em 1977. Dom Mauro Morelli já trabalhava aqui na época, na Arquidiocese de São Paulo, com Dom Paulo Evaristo Arns.

Depois, ele foi nomeado bispo e foi para Duque de Caxias, e de lá teve tudo isso que o deputado Barros Munhoz colocou e que a gente sabe, toda uma luta contra a carestia, combate à fome, junto com Betinho, junto com o governo Lula também. Mas eu conheci, convivi, minha família conviveu parte da sua vida aqui em São Paulo, aqui na periferia de São Paulo. Mais em especial na zona sul de São Paulo.

E a gente tem uma lembrança muito legal do Dom Mauro Morelli, uma pessoa preocupada com a Assistência Social, com a evangelização, preocupada com os pobres. Ele fez parte daquele grupo de pessoas que, quando Dom Paulo Evaristo Arns era o bispo da Arquidiocese de São Paulo...

Ele também estava naquele período em que o Dom Paulo vendeu o palácio e comprou inúmeros terrenos na periferia de São Paulo para construir as chamadas comunidades eclesiais de base. A gente ajudou a construir também muitas dessas comunidades na zona sul de São Paulo.

E orientador, tanto espiritual, quanto uma pessoa que orientava a gente na atuação social, nos movimentos sociais, movimento de Saúde, movimento de Transporte, movimento contra a caestia. E Dom Mauro Morelli estava sempre presente nessas ações.

Então, a gente está triste por perdê-lo; mas feliz por tê-lo conhecido, por ter convívio com ele. E o Brasil, a Igreja, a felicidade de ter tido uma pessoa como Dom Mauro Morelli. Parabéns pelo trabalho. E Dom Mauro Morelli sempre estará presente entre todos nós.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Obrigado, deputado Enio Tatto.

O SR. EDUARDO SUPLYCY - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Pela ordem, deputado Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLYCY - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, eu gostaria também de me somar às homenagens que o deputado Barros Munhoz e o deputado Enio Tatto fizeram, com respeito a Dom Mauro Morelli.

Eu também acompanhei todos os passos de Dom Mauro Morelli, eu era senador também, como Betinho, na campanha contra a pobreza e contra a fome no Brasil. Eles deixaram um legado extraordinário. Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar que possamos fazer um minuto de silêncio em homenagem a Dom Mauro Morelli, por favor.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Perfeitamente. Um minuto de silêncio solicitado pelo deputado Eduardo Suplicy, em homenagem a Dom Mauro Morelli.

- É feito um minuto de silêncio.

O SR. EDUARDO SUPLYCY - PT - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Pois não, deputado.

O SR. EDUARDO SUPLYCY - PT - Só para complementar, eu cometi uma falha muito grande, eu não citei uma pessoa extraordinária, que foi de uma importância imensa para o combate à fome e à miséria no Brasil, ao lado de Dom Mauro Morelli, ao lado da igreja católica, a deputada Irma Passoni, do PT. Uma figura extraordinária, que trabalhou muito ao lado de Dom Mauro Morelli e do Betinho.

Muito obrigado por esse registro.

O SR. LUCAS BOVE - PL - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Deputado Lucas Bove.

O SR. LUCAS BOVE - PL - Uma breve comunicação.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Pois não.

O SR. LUCAS BOVE - PL - PARA COMUNICAÇÃO - Se o senhor me permitir, gostaria de pedir que a cabine colosse na tela a manchete de uma reportagem da revista Veja, atualizada em março de 2023.

É uma afirmação, não é uma pergunta. Eu gostaria aqui de me ater a um tema, que é o Art. 36 do Projeto de lei nº 1.245 e para apenas mais uma vez restabelecer a verdade aqui.

Porque o Partido dos Trabalhadores, que tem como seu líder supremo um homem que nunca trabalhou e o PSOL, que fala em socialismo e liberdade na mesma frase, o que nós sabemos - por provas ao redor do mundo - que é impossível de se acontecer, estão novamente, aqui, trazendo a hipocrisia a essa tribuna para discutir um assunto tão importante e tão sensível à população paulista.

Foram mais de dez mil multas aplicadas a barraquinhas de hot dog, a pequenos comerciantes e a políticos também. Só de

um lado, porque a gente viu aqui, o deputado Gil Diniz mostrou, que teve um monte de político - que inclusive hoje aqui se diz contra - que aglomerou na época da pandemia, que pediu o fechamento da Casa, mas foi aglomerar.

Então assim, o que nós estamos buscando aqui é restabelecer a verdade dos fatos. Mais de dez mil paulistas foram multados por um governo ditatorial de João Doria. Aquilo que aconteceu foi com base em um experimento, em uma corrente. Nós temos, por exemplo, a Suécia, que é uma corrente totalmente contrária. Ou os senhores vão negar?

As escolas na Suécia permaneceram abertas. Na Suécia, o lockdown não foi decretado, e a Suécia teve números extremamente positivos durante a pandemia. O que não pode acontecer é dizer assim: “O Brasil foi o segundo país onde mais morreu gente”. Ora, é um dos países mais populosos do mundo, proporcionalmente, é óbvio que isso ocorreria.

Então, nós estamos aqui não para defender o presidente Bolsonaro, que levantou mais de 17 milhões de reais em Pix, já depositou o valor da multa em juízo, e se precisar vai pagar multa sem problema nenhum. Nós estamos aqui para defender mais de uma dezena de milhares de paulistas que foram multados com base em uma opinião de um governador ditador.

Apenas isso, Sr. Presidente.

O SR. DONATO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Pela ordem, deputado Donato.

O SR. DONATO - PT - Uma breve comunicação.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Pois não, deputado.

O SR. DONATO - PT – PARA COMUNICAÇÃO - Bom, o debate se encerrou aqui, o deputado veio aqui, mas vamos prosseguir o debate, já que você assim o deseja. Pegar uma manchete da revista “Veja” como prova científica já mostra o nível do debate. Poxa, falou, falou, o senhor pegou a manchete. Não é uma manchete de uma revista científica. Eu presidi uma CPI, na Câmara Municipal, sobre a Prevent Senior.

Pude aprender bastante, sobre como a pandemia se desenvolveu. Não sou médico, não sou da área da Saúde. Mas escutei muitos especialistas, e foram unânimem em dizer dessa postura negacionista, de muitas pessoas. Muitas, inclusive médicos que foram negacionistas.

Então a gente devia fazer um debate em termos melhores aqui. Fazer acusações como o senhor faz, dessa maneira leviana, sempre tentando colocar o PT, o PSOL, não contribui para o debate. A cloroquina, infelizmente o deputado Paulo Mansur não está aqui.

Mas, uma coisa que eu pude aprender é que dois terços das pessoas que tiveram Covid, elas iam se curar de qualquer jeito: com cloroquina, com água com limão, com o feijão mágico do Valdomiro, com o que fosse. Porque era do processo do organismo.

Tem gente que tem mais resistência, tem gente que não. Ai uma parte dessas pessoas ia se agravar, e outra parte ia para a UTI, e morrer. Então, dizer que a cloroquina salvou vidas? Vossa Excelência me desculpa, V. Exa. não disse.

Mas o Paulo... Não, aqui eu não posso chamar de “você”. Eu chamo fora do microfone. Mas o deputado Paulo Mansur disse. Então, eu considero que a gente tem que fazer um debate mais racional aqui.

Eu não tive a oportunidade de falar. Mas o meu óbice ao projeto não é só o Art. 36, não. A gente não está debatendo os problemas do projeto. Mas o Art. 36 virou o debate aqui, e é natural que vire. Eu entendo a política. (Voz fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Para a conclusão, deputado. Nós vamos encerrar a nossa sessão.

O SR. DONATO - PT - Uma última coisa. O senhor falou da proporção de mortes. O Brasil tem 3% da população mundial, mas tiveram 12% dos mortos. Foi por uma postura negacionista. Obrigado, presidente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Nesse momento, deputado, encerrou. Esgotado o tempo da presente sessão, está encerrada a sessão, levantada. Lembrando ainda a segunda sessão extraordinária, a realizar-se daqui a 10 minutos.

Muito obrigado a todos.

- Encerra-se a sessão às 18 horas e 17 minutos.

<p>10 DE OUTUBRO DE 2023</p> <p>44ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA</p>
<p>Presidência: GILMACI SANTOS</p>

RESUMO

ORDEM DO DIA

1 - GILMACI SANTOS

Assume a Presidência e abre a sessão. Coloca em discussão a PEC 03/23, em primeiro turno.

2 - MAURICI

Discute a PEC 03/23, em primeiro turno.

3 - GIL DINIZ

Para comunicação, faz pronunciamento.

4 - MAURICI

Para comunicação, faz pronunciamento.

5 - PAULO FIORILO

Para comunicação, faz pronunciamento.

6 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS

Informa acordo entre as lideranças para considerar realizada a discussão por uma hora e 30 minutos.

7 - LEONARDO SIQUEIRA

Para comunicação, faz pronunciamento.

8 - PAULO FIORILO

Para comunicação, faz pronunciamento.

9 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS

Levanta a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Gilmaci Santos.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior.

Ordem do Dia.

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Proposta de Emenda à Constituição. Discussão e votação em 1º turno. Proposta de Emenda nº 3, de 2023, à Constituição do Estado, de autoria do Sr. Governador, que dá nova redação ao § 1º do Art. 167 da Constituição do Estado. Parecer nº 1.133, de 2023, da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, favorável. Para falar a favor, o nobre deputado Maurici.

O SR. MAURICI - PT - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, trata-se aqui de discutir uma proposta de emenda constitucional do Sr. Governador do estado que procura consonar, dar consonância à Constituição do Estado de São Paulo, à Constituição Federal.

O que acontece é que há alguns anos o governo federal fez aprovar, enviou ao Congresso Nacional e o Congresso Nacional aprovou uma proposta de emenda que, entre outras coisas, ampliava a parcela do ICMS que o Governo do Estado pode distribuir segundo critérios discricionários, critérios seus, o chamado ICMS da Educação.

Ainda na gestão passada, esta Casa discutiu, votou e aprovou um projeto de lei do deputado - não me lembro agora o nome do deputado, mas é um deputado do Partido Novo - que estabelecia os critérios discricionários para distribuir esses recursos do ICMS. E usava critérios da Educação nos municípios. Critérios dos quais eu discordava, e discordo, porque são critérios que privilegiam a lógica da meritocracia.

E, obviamente, quando você privilegia critérios que estão estabelecidos pela lógica da meritocracia, você acaba privilegiando aqueles municípios que têm mais recursos, quando o objetivo do ICMS da Educação é exatamente o contrário.

É você criar condições para que os municípios que não têm recursos, como esses que arrecadam mais, possam nivelar ou elevar o nível da Educação municipal para um padrão mais próximo daquele padrão que é o padrão geral do estado ou dos municípios mais desenvolvidos do estado.

Meu mandato e o mandato do deputado Paulo Fiorilo chegaram a fazer um seminário aqui nesta Casa e nós debatemos esse tema com especialistas na área e, fundamentalmente, com secretários e diretores de Educação nos municípios. E elaboramos um projeto substitutivo àquele, que acabou sendo derrotado na votação desta Casa.

Mas o que aconteceu é que o Governo do Estado se esqueceu de um detalhe. A Constituição paulista não havia sido modificada. Ou seja... (Vozes fora do microfone.)

O Governo do Estado se esqueceu, o governador à época, Rodrigo Garcia, esqueceu-se de que era necessária uma proposta de emenda constitucional que alargasse, de 25% para 35%, esse percentual do ICMS que o estado poderia distribuir, segundo os seus critérios.

Nós, então, meu mandato, apresentou uma proposta de emenda constitucional nesse sentido. Essa proposta ficou enroscada nos escaninhos e meandros do processo legislativo desta Casa e acabou não sendo votada.

Neste ano, o governador Tarcísio, ao invés de dar um comando a sua base nesta Casa para seguir na votação da PEC que o meu mandato havia apresentado, aliás, para não cometer injustiças, não dá para dizer que foi o meu mandato, a iniciativa foi nossa, mas ela tinha coautoria de outros, mais de 20 deputados e deputadas.

O governador Tarcísio, então, mandou para esta Casa uma outra proposta de emenda constitucional, que nada mais é do que a cópia da emenda constitucional que estava aqui tramitando.

A desculpa é a de que, como a proposta a ser aprovada este ano não era retroativa, não tinha um dispositivo retroativo, ela só poderia ser aplicada a partir do ano que vem.

Ora, isso não é uma boa desculpa, isso não é um bom argumento, porque essa questão poderia ser resolvida aqui na Casa. O que aconteceu, ao final das contas, deputado Donato e deputado Marcolino? O deputado Reis apresentou esses dias, ou falou esses dias na imprensa, da intenção dele de apresentar um projeto de lei criando o “Dia do Veto”, não é verdade?

Por que o deputado Reis quer criar o “Dia do Veto”? Porque tem um certo momento em que o governador aprecia os projetos de lei de autoria de deputados e deputadas desta Casa.

E, em geral, o resultado da apreciação do governador é vetar. Então, em um certo período do ano, nós temos aqui a estação dos vetos. Chega um monte de veto a projetos de deputados e deputadas aprovados nesta Casa e que o governador não tem interesse em ver seguir.

Eu me lembrei, deputado Gilmaci, de que esta Casa tem um programa chamado “Alesp sem Papel”, não é isso? Cujo objetivo é eliminar o uso de papéis. Então, toda a comunicação aqui, todo o processo legislativo é feito via eletrônica, o que faz economizar papel, o que faz diminuir o corte de árvores, o que faz diminuir os efeitos do efeito estufa.

O que eu não havia compreendido ainda é que o “Alesp sem Papel” vai para além da economia de papel. É Alesp sem papel nenhum, nem papel de propor leis, nem papel de aprovar leis, nem papel de elaborar políticas públicas. Nenhum papel, porque todo papel nessa conjuntura, nesse governo, é reservado ao Executivo.

Então, ainda quando a iniciativa desta Casa interessa ao Executivo, o Executivo prefere substituir a iniciativa desta Casa por uma iniciativa dele. O Executivo prefere ser ele o autor da proposta, e não dar protagonismo aos deputados e deputadas, sejam eles da oposição, sejam eles do governo.

Então agora, sim, eu compreendo o que é o sentido do projeto “Alesp sem Papel”: sem papel físico, sem papel material, sem posicionamento, sem função. O diabo é que aí as pessoas, inclusive nesta Casa, não compreendem quando a população não sabe qual é o papel do deputado estadual, da deputada estadual.

Quando a gente sai às ruas e a população acha que deputado e deputada não serve para nada. Nós não percebemos que boa parte dessa compreensão que a sociedade tem do nosso papel vem, de um lado, da maneira como o Executivo trata esta Casa, de outro lado, da maneira como nós entendemos o nosso papel.

E aí eu me lembro de um debate que tivemos agora há pouco, quando o deputado Gil Diniz falava sobre várias questões, inclusive sobre o conflito Palestina-Israel, que está acontecendo neste momento. Eu pedi um aparte quatro vezes, não me foi concedido.

Parece-me que em alguns momentos a gente trata esta tribuna como se fosse um picadeiro. Ou seja, a gente constrói aqui narrativas que nada têm a ver com a situação real que as pessoas atravessam, e isso só contribui para o desprestígio desta Casa, da nossa função e do nosso papel.

O SR. GIL DINIZ - PL - Vossa Excelência me dá um aparte?

O SR. MAURICI - PT - Claro que não. Tenho que retribuir na mesma moeda o tratamento que V. Exa. nos dá. Por favor, não conturbe. Não conturbe. O senhor vai ter toda a oportunidade de falar.

Aliás, se V. Exa. tiver um pouquinho de paciência, eu lhe concedo o aparte, até para mostrar que o processo democrático e o processo legislativo só sobrevivem em função do controverso.

Então, o senhor terá o seu aparte. Mas, antes, deixa eu dizer o que eu ia dizer naquele aparte que V. Exa. não me concedeu. Eu ia dizer o seguinte: ninguém em sã consciência pode defender uma ação como essa que o Hamas adotou, deputado Gil Diniz. Ninguém pode.

Mas também, se a gente não pode defender uma ação como essa, eu acho que a gente é capaz de compreender o que é que motiva uma ação como essa, ainda que possa ser uma ação condenável.

O senhor falou aqui, por exemplo, que essa é a ação mais nefasta, ou mais criminosa, ou mais assassina, ou coisa parecida, desde o Holocausto da Segunda Guerra Mundial, eu imagino. Eu só queria lembrar o seguinte: nem a Organização das Nações Unidas reconhece as atuais fronteiras impostas pelo Estado de Israel à Palestina.

As fronteiras reconhecidas pela Organização das Nações Unidas ainda são as fronteiras de 1967. De lá para cá, o estado israelense tem promovido a ocupação continuada de terras palestinas por colônias israelenses.

Se quando a gente analisa os números ao longo de décadas desse conflito, porque esse conflito não começou ontem com a ação do Hamas, esse conflito começa em 1947, quando é criado o Estado de Israel.

Quando a gente olha a evolução desse conflito ao longo de décadas, a gente percebe que o número de mortos palestinos é muito superior ao número de mortos israelenses.

Isso joga uma luz sobre o problema, se é que é possível iluminar uma situação, uma tragédia, como essa. Mas para que a gente possa compreender que numa situação como essa não há certo ou errado, o que há é uma tragédia humana, onde as pessoas estão sendo assassinadas. Mas não é justo a gente vir aqui chamar um lado de terrorista e achar que o outro lado é a vítima. Não é assim que se configura o problema.

Eu diria mais, deputado Gil Diniz, que não é possível que Israel use a ação do Hamas como justificativa para o que ele vem fazendo agora: um massacre continuado ao povo palestino.

Não é possível que se justifique, em função da ação do Hamas, o cerco a dois milhões de palestinos que moram na faixa de Gaza, que estão sem luz elétrica, que estão aprisionados ao ar livre, que estão sem comida e que estão sendo assassinados.

Então nós temos que ter uma compreensão dessa situação, que vai para além de mocinhos e bandidos. Isso não é um banque-banque. Não é um farsote. Isto é uma tragédia. Uma tragédia que eu não sei como vai evoluir nem como vai se resolver.

Mas o fato é que alguma ação precisa ser tomada, porque a previsão é que o conflito se alargue. Deixa a pouco outras forças vão entrar nessa disputa. E essas forças entrando, a perspectiva do conflito é que ele ganhe outras proporções.

Então já não basta a operação especial na Rússia, à qual o senhor se referiu. O senhor fez uma provocação, de verdade. O senhor perguntou se eu ia, naquele momento, falar da minha viagem à Rússia, da minha participação no Fórum Parlamentar Rússia-América Latina.

O senhor fez só uma provocação, porque o senhor sabe muito bem que a prestação de contas será feita na Comissão de Relações Internacionais, da qual o senhor é vice-presidente.

Então, ao mesmo tempo que o senhor fez a provocação, o senhor também não me cedeu o tempo de aparte que eu pedi, onde eu poderia lhe responder, poderia ter lhe respondido. Como? O SR. GIL DINIZ - PL - Está acabando o tempo, o senhor disse que ia dar o aparte para mim.

O SR. MAURICI - PT - Darei, darei, no momento oportuno. Ainda tenho um minuto e 27 segundos para concluir a minha fala. E o senhor terá o seu aparte no momento oportuno.

Então, deputado Gil Diniz, eu acho que, às vezes, a gente exagera nas provocações. Visitar Taiwan, por exemplo, é louvável. Acho muito interessante conhecer aquela realidade.

Agora, nós precisamos conhecer toda a realidade. Nós precisamos entender que Taiwan não se advoga um estado independente, soberano. Ela se advoga como estado chinês.

Então ao criar uma frente parlamentar ou ao propor um projeto de lei de apoio a Taiwan, nós estamos ofendendo um outro país, que é a República Popular da China. Nós estamos criando um potencial incidente internacional, do qual uma ação irresponsável coloca a Assembleia Legislativa no foco, no centro desse problema. Então, a gente tem que entender o problema como ele se configura. Nós não podemos tratar isso aqui como uma disputa ideológica.

Eu vi hoje, por exemplo, o deputado Gil Diniz e outros deputados aí falando que “onde já se viu, chamar o presidente Bolsonaro de genocida”. Eu me lembro de ouvir aqui várias vezes o próprio deputado Gil Diniz e outros deputados e deputadas se referirem ao presidente Lula como ex-condenado.

Como é que vocês se sentiriam se a gente passasse a se referir ao presidente Bolsonaro como futuro condenado? Deputado Gil Diniz, desculpe-me. Eu me descuidei e acabou terminando o tempo, mas na próxima vez eu lhe concedo o aparte.

O SR. GIL DINIZ - PL - Obrigado, deputado Maurici. Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Pela ordem, deputado Gil Diniz.

O SR. GIL DINIZ - PL - Uma breve comunicação. Inclusive me inscrevi também para fazer esse debate com o deputado Maurici. Comunicação, presidente?

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Comunicação, tem V. Exa. o tempo regimental.

O SR. GIL DINIZ - PL - PARA COMUNICAÇÃO - Presidente, triste do parlamentar que relativiza, relativiza um ataque cruel de um grupo terrorista chamado Hamas. Triste do parlamentar que compara, que defende, que defende esses terroristas.

Traveste o discurso aqui. É uma espécie de discurso travestido de bom-mocismo. Mas ele consegue passar pano para o Hamas, porque ele não condena e não chama o grupo de terrorista.

E ele relativiza e compara moralmente o ataque terrorista do Hamas, assassinando crianças, decapitando crianças, estuproando e assassinando mulheres, idosos, presidente, e relativiza e compara moralmente ao Estado de Israel. E, pior ainda, presidente, agora ataca o povo de Taiwan.

Então ele defende, ele defende os palestinos, especificamente o grupo terrorista Hamas. Não os condena, não os chama pelo nome de terroristas, e agora coloca o meu apoio a Taiwan, dizendo que vai causar um incidente diplomático.

Taiwan, uma nação democrática, que tem uma presidente mulher. O Hamas estupra e mata mulheres. Taiwan elege mulheres deputadas, presidente, e não tem o apoio do presidente da Comissão de Relações Internacionais.

O deputado Maurici deve estar encantado pelo autoritarismo de Putin, porque foi visitar a Rússia agora e esteve em uma palestra do presidente Putin, que mata, extermina o povo ucraniano.

Então, presidente, nós precisamos pensar aqui as nossas atividades parlamentares, porque o presidente da Comissão de Relações Internacionais defende o massacre dos russos à Ucrânia, defende o massacre do Hamas na Palestina, defende o massacre do povo israelense e agora defende o regime totalitário da China, colocando aqui, em questão, esse conflito internacional que há, da China continental, da República da China, que é Taiwan.

Este deputado reconhece o Estado de Israel e reconhece a República da China, Taiwan, e condena o massacre do presidente Putin, russo, ao povo ucraniano, presidente, diferente do nobre deputado Maurici, que não consegue condenar a ação do Hamas e não lhe chama pelo nome.

Então deixo a provocação. Vossa Excelência concorda que o Hamas é um grupo terrorista, o Hamas é um grupo terrorista, deputado Maurici?

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Deputado, para a conclusão, por gentileza. (Vozes sobrepostas.) Deputado Gil Diniz.

O SR. GIL DINIZ - PL - Finalizei, presidente.

Muito obrigado.

O SR. MAURICI - PT – Para uma comunicação, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS – Tem Vossa Excelência o tempo